

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Hoje, tal como no passado, Governos de esquerda e de direita deram sinais claros às empresas e aos portugueses sobre os caminhos mais sustentáveis a prosseguir e a opção por fontes de energia mais limpas e renováveis.

Mas a estratégia de política de ambiente e de Transição Energética não pode ser feita apenas com sinais, com exemplos ou como um slogan para responder a uma agenda mediática, mas sim uma opção clara do Governo criando condições para tal e, obviamente, dos portugueses.

No entanto, tal como na utilização do fundo para a eficiência energética, sobre cujos atrasos de pagamento já o questionámos apesar de continuarmos sem resposta, o funcionamento da rede de abastecimento de veículos elétricos está assente em pés de barro e tem causado imensos embaraços e dificuldades.

Destacamos em particular o funcionamento da Mobi.e que está sob tutela do Ministro do Ambiente e cuja prestação é, a nossa ver, desastrosa. O caso mais recente está relacionado com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo que em 2017 decidiu oferecer 13 viaturas elétricas para os cuidados de saúde primários da região. Cerimónia essa que foi apadrinhada pelo Governo, que se fez representar pelo então Secretário de Estado da Saúde que referiu tratar-se de um momento “histórico para o país”, destacando a “união das áreas da saúde e do ambiente”, e presidida pela então Presidente da CIM e autarca de Abrantes e atual Secretária de Estado Maria do Céu Albuquerque.

A aquisição das 13 viaturas elétricas, uma para cada concelho, resultou da candidatura “Unidades Móveis para Cuidados de Saúde na Comunidade” apresentada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM do Médio Tejo) ao Programa Operacional Regional Centro 2020 e envolveu um investimento na ordem dos 440 mil euros. Segundo o protocolo assumido entre a CIM Medio Tejo e a empresa Mobi.e - Rede de Mobilidade Elétrica ficaria garantida por esta a instalação de um ponto de carga para veículos elétricos em cada um destes municípios assumindo estes o pagamento da ligação do ramal de eletricidade ao carregador elétrico.

O falhanço na instalação desta rede obrigou a que cada centro de saúde tivesse que investir numa **instalação própria de sistema de carregamento**, mais lento e menos eficaz, para evitar ficar com as 13 viaturas paradas.

Segundo a CIM Médio Tejo, “a Mobi.e, que gere a plataforma de carregamentos elétricos à escala nacional, poucos postos instalou no Médio Tejo, e o estado atual, que é de inexistência total de carregamentos na região, é da responsabilidade da Mobi.e que nem satisfações nem perspetivas de solução dá”, reiterou o secretário executivo da CIM à imprensa regional.

A situação é lamentável e revela que a aposta que se quer fazer na descarbonização e na mobilidade elétrica tem pés de barro já que a prioridade parece passar mais pela propaganda do que propriamente pela efetiva transição energética.

Segundo explicou o secretário executivo da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT) esta “É uma situação lamentável porque ao mesmo tempo que incentivamos a compra de carros elétricos negligencia-se a rede de carregadores para esses mesmos veículos”, disse Miguel Pombeiro ao mediotejo.net, tendo aquele responsável da CIMT feito notar as “inúmeras tentativas, todas elas infrutíferas” de tentar perceber e resolver um processo que resulta de um protocolo assinado em junho de 2017 com a Mobi.e, responsável pela instalação dos postos de carregamento e entidade que gere as transações e a interoperabilidade da rede de carregadores de carros elétricos.”

A verdade é que dois anos depois nenhum dos postos de abastecimento elétrico está a funcionar, os dois ou três que foram instalados não funcionam porque afinal não estavam certificados. Isto revela que esta política tem pés de barro e está assente na propaganda e não em reformas concretas pois é inadmissível que uma empresa pública falhe desta maneira nas suas obrigações e passe pelo vexame de instalar equipamento não certificado.

Face ao exposto e, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm solicitar ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, através de Vossa Excelência, o seguinte:

**1** - Tem o governo conhecimento de outras situações semelhante à acima exposta em que outros concelhos de Portugal, apesar de terem estabelecido contratos para tal, se encontrem sem postos de abastecimento de viaturas elétricos a funcionar? Se sim, quais?

**2** - Que medidas vai o governo tomar para ultrapassar a situação acima exposta de incumprimento por parte da Mobi.e?

**3** - Como justifica o Governo o incumprimento reiterado dos compromissos assumidos por esta empresa pública, sob tutela do Ministro do Ambiente, com os municípios do Médio Tejo?

**4** - Quais os concelhos de Portugal que não têm ainda um posto de abastecimento de viaturas elétrica?

Palácio de São Bento, 4 de setembro de 2019

Deputado(a)s

DUARTE MARQUES(PSD)